

Inventário do Fundo da Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja do Concelho de Sines (1911-1931)

Câmara Municipal de Sines

Arquivo Histórico Arnaldo Soledade

Março de 2008

Sumário

Assunto	Página
Introdução	3
Quadro de classificação da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines	5
Descrição do arquivo da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines (fundo)	6
Descrições das secções da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines	9
Descrição da Secção Constituição e Regulamento	9
Descrição da Secção Secretaria	10
Descrição da Secção Tesouraria	12
Descrição da Secção Património	14
Índice ideográfico	15
Índice onomástico	16
Referências bibliográficas	19

Introdução

O arquivo da Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja do Concelho de Sines está disponível ao público desde Março de 2008, no Arquivo Histórico Municipal Arnaldo Soledade. Este fundo foi custodiado pela Câmara Municipal de Sines e conservado junto com o seu arquivo desde o início do século XX.

Para este trabalho começou-se por fazer um levantamento da documentação produzida pela Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja do Concelho de Sines. O arquivo desta instituição é reduzido mas rico em informação, pelo que foi organizado em quatro secções: Constituição e Regulamento, Secretaria, Tesouraria e Património, de acordo com o quadro regulamentar da mesma.

A primeira secção compõe-se dos documentos fundadores da Comissão, nomeadamente cópias do Regimento Interno da Comissão Central de Execução da Lei de Separação e das Comissões Concelhias e dos Decretos 3856 e 4410. A segunda, a Secretaria, contém as séries Livros de Actas e Correspondência Recebida. A Tesouraria contém Documentos de Receita e Despesa e Contas da Responsabilidade do Tesoureiro. Finalmente a última secção, a referente ao Património, contém os inventários de bens móveis e imóveis das igrejas do concelho administrados pela Comissão. Nestes inventários podemos encontrar a descrição de igrejas já desaparecidas, como a Igreja de Santa Isabel ou do Hospício. Esta secção inclui ainda os termos de entrega de bens à Comissão Central de Execução da Lei de Separação.

Este inventário é composto pelo quadro de classificação, instrumento que organiza a documentação e permite conhecer a extensão intelectual do arquivo. A segunda parte do inventário é constituída pelas descrições de arquivo, elaboradas segundo a norma ISAD (G) e organizadas segundo o quadro de classificação¹. Começamos por descrever a totalidade do arquivo (descrição ao nível de fundo), para depois descrever cada secção que compõe o arquivo. As descrições de cada série são discriminadas ao nível da secção, e, dado que, muitas vezes, o nível de série corresponde a documentos simples, não se elaboraram descrições ao nível da série.

¹ ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.

Cada descrição contém a indicação do nível de descrição, a cota topográfica e o código de referência, a classificação, o título e as datas extremas e predominantes de cada unidade de descrição, o número de unidades de instalação e notas. De realçar que o elemento mais pertinente do ponto de vista informativo é, além do título e das datas, o âmbito e conteúdo. Permite ao utilizador identificar o conteúdo de cada série, nomeadamente a tipologia documental, os procedimentos administrativos, os cargos, as funções e as actividades expressas na documentação. Nesta área de informação foram também incluídos os nomes dos indivíduos mais destacados na Comissão.

A terceira parte do inventário é um índice de assuntos e onomástico elaborado a partir das descrições das secções da Comissão Concelhia de Administração dos Bens das Igrejas do concelho de Sines.

Sandra Patrício

Quadro de Classificação da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines (1911-1931)

<i>Classe</i>	<i>Título</i>	<i>Datas extremas</i>
CCI.A	Constituição e Regulamento	1911/1918
CCI.B	Secretaria	1914/1931
CCI.B.1.	Livros de Actas da Comissão Concelhia dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines	1918/1919
CCI.B.2.	Correspondência Recebida	1914/1931
CCI.C	Tesouraria	1911/1924
CCI.C.1.	Conta da Receita e da Despesa	1918/1924
CCI.C.2.	Conta da receita e da despesa resultantes da venda em hasta pública dos objectos que constituíam o recheio das igrejas do Hospício e dos Remédios	1921/1921
CCI.C.3.	Minutas da conta da receita e da despesa	1918/1919
CCI.C.4.	Contas da receita de arrendamentos de imóveis	1918/1923
CCI.C.5.	Conta de responsabilidade do falecido tesoureiro Samuel Bigas	1921/1921
CCI.D.	Património	1911/1924
CCI.D.1.	Inventário de bens	1911/1918
CCI.D.2.	Termos de entrega	1918/1924

Descrição do fundo da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines

ELEMENTO DE INFORMAÇÃO	CONTEÚDO
Código de referência	PT/CMSNS/CCI/H
Título	Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines
Datas extremas	1911-1931
Nível de descrição	Fundo
Dimensão e suporte	Doze maços.
Nome do produtor	Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines
História administrativa/biográfica	<p>No contexto da Lei da Separação do Estado das Igrejas de 20 de Abril de 1911, foi criada a Comissão Central de Execução da Lei de Separação, encarregada da execução da lei. O Regimento Interno da Comissão Central de Execução da Lei de Separação e das Comissões Concelhias foi aprovado pelo Decreto de 22 de Agosto de 1911.</p> <p>Apesar de não existirem actas resultantes da constituição de uma organização anterior entre 1914 e 1918, a acta de instalação da presente Comissão refere a existência de uma comissão, substituída em 1918. Dessa comissão era presidente Casimiro Gomes D' Almeida, João da Silva Barbosa (secretário), sendo vogais Jaime António Baião Salgado e Pedro de Campos David. A mesma acta refere-se à entrega de um livro de registo de actas preenchido até às folhas três verso, o que corresponderia à sessão de 4 de Janeiro de 1915. Contudo, a acta refere livros de registo de correspondência com entradas até 1918, o que comprova a existência da comissão. O seu funcionamento era irregular, dada a inexistência de um registo sistemático das actas.</p> <p>Entre as suas atribuições, delegadas nas comissões concelhias, destacam-se (art.º 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dirigir o arrolamento ou inventário dos bens que foram do culto católico e são propriedade do Estado; - Exercer a guarda, conservação e a administração dos bens enquanto não forem transferidos para a custódia do Ministério das Finanças <p>Os bens considerados (artº7) são os edifícios e bens móveis não necessários ao culto; edifícios em construção ou já construídos, mas ainda não entregues ao culto; bens rústicos; títulos da dívida pública e bens mobiliários e imobiliários e os bens destinados ao culto mas cuja administração não foi atribuída a um entidade determinada.</p> <p>O artigo 10º regula as comissões concelhias. Seriam</p>

	<p>"constituídas por um cidadão de reconhecida probidade e competência que será o presidente, de um professor de instrução pública do concelho, de um vereador municipal, e de um indivíduo com as indispensáveis habilitações de escrituração e contabilidade que será o secretário."</p> <p>As decisões desta comissão só seriam válidas após parecer favorável do agente do Ministério Público da respectiva comarca, segundo o artigo 11º. O artigo 12º explicita que os bens entregues á guarda da Comissão serão arrendados em hasta pública. Os rendimentos daí provenientes darão entrada na Fazenda Pública, através do Banco de Portugal (artº 14º). As reuniões da comissão seriam quinzenais, e o regulamento prevê a sua realização ou na Administração do Concelho ou na escola.</p> <p>Este quadro legislativo foi alterado pelos Decretos nº 3856 e 4410 de 22 de Fevereiro e de 12 de Junho de 1918, no contexto do regime de Sidónio Pais. Assim, a Comissão do Concelho de Sines foi criada em 1918, no quadro legislativo e num contexto político e social de crispação.</p> <p>O decreto 3856 de 22 de Fevereiro de 1918, no artigo 5º, permite a cedência dos bens imóveis e móveis necessários ao culto à corporação dele encarregue no concelho, sob inventário, regressando ao Estado se a corporação for extinta. Já o decreto nº 4410 de 12 de Junho, tendo em conta que muitas comissões concelhias não foram constituídas, reformulou a sua constituição e funcionamento. Assim, a comissão seria composta (artº1º) pelo conservador do registo predial, o presidente (em Sines, Artur Zuzarte Pita), o Secretário das Finanças (Adriano da Costa Gomes, enquanto secretário), Tesoureiro da Fazenda Pública (João José dos Santos Fonseca, tesoureiro da Comissão), e, enquanto delegado do Procurador da República, o Administrador do Concelho (Amândio Óscar Conceição). No entanto, mantiveram-se as atribuições das comissões em matéria de arrendamentos de prédios e vendas de móveis (artº 8º).</p>
História custodial e arquivística	O arquivo da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas foi conservado, desde a sua criação, junto ao arquivo da Câmara Municipal de Sines. No anos oitenta foi tratado pela primeira vez como um fundo, do ponto de vista arquivístico, no primeiro catálogo elaborado pelo Arquivo Histórico da Câmara de Sines (1985). Em 2008 é elaborado um inventário do arquivo de acordo com a ISAD (G).
Fonte imediata de aquisição/transferência	Incorporação.
Âmbito e conteúdo	O arquivo está organizado segundo o critério orgânico-funcional, tendo em conta que não são esperados ingressos adicionais. As suas secções e séries são: Constituição e Regulamento (1911/1918): cópias de diplomas legais; Secretaria (1914/1931): livros de actas, correspondência recebida;

	Tesouraria (1911/1924): conta da receita e da despesa, conta da responsabilidade do tesoureiro; Património (1911/1924): inventários de bens e termos de entrega.
Avaliação, selecção e eliminação	Não houve acções intencionais de avaliação, selecção e eliminação da documentação
Ingressos adicionais	Não são previstos ingressos adicionais.
Sistema de organização	A classificação actual foi estruturada de acordo com a estrutura orgânico-funcional da instituição. Manteve-se uma sub-ordenação cronológica.
Condições de acesso	A documentação nominal está protegida pela seguinte legislação: Lei nº94/99 de 16 de Junho; Lei nº 67/98 de 26 de Outubro; Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.
Condições de reprodução	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
Unidades de descrição relacionadas	Fundo da Administração do Concelho de Sines. Fundo da Câmara Municipal de Sines. Fundo da Junta de Freguesia de Sines.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Data da descrição	2008-02-06
Descritores	Acta / Tipologia Documental / Bem / Bens de raiz / Bens Móveis / Comissão Central de Execução da Lei de Separação / Lei da Separação do Estado das Igrejas / Livro de actas / Inventário / ALMEIDA, Casimiro Gomes de / BARBOSA, João da Silva / SALGADO, Jaime António Baião / David, Pedro de Campos / PITA, Artur Zuzarte / GOMES, Adriano da Costa / FONSECA, João dos Santos / CONCEIÇÃO, Amândio Óscar/BIGAS, Samuel
Classificação	CCI
Cota	H/D11/2/A

Descrição das secções

CCI.A. Constituição e Regulamento

ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO	CONTEÚDOS
Código de referência	PT/CMSNS/CCI/H/A
Entidade Detentora	Câmara Municipal de Sines
Título	Constituição e Regulamento
Datas extremas	1911 – 1918
Nível de descrição	Secção
Dimensão e suporte	Duas brochuras.
Suporte	Papel
Nome do produtor	Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines
Fonte imediata de aquisição/transferência	Incorporação.
Âmbito e conteúdo	Contém um exemplar do Regimento Interno da Comissão de Execução da Lei de Separação (aprovado pelo Decreto de 22 de Agosto de 1911) e um exemplar dos decretos 3856 e 4410 de 22 de Fevereiro e de 12 de Junho de 1918. O primeiro documento regula o funcionamento das comissões concelhias de administração. O segundo documento regulamenta a Lei de Separação da Igreja do Estado no sentido de modificar alguns dos artigos da mesma lei, no que se refere ao culto e aos ministros do culto. Regulamenta ainda o funcionamento das comissões concelhias de administração dos bens das igrejas.
Avaliação, Selecção e Eliminação	Não houve acções intencionais de avaliação, selecção e eliminação da documentação
Ingressos adicionais	Não são previstos ingressos adicionais.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Suporte	Papel
Condições de reprodução	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
Unidades de descrição relacionadas	Fundo da Administração do Concelho de Sines. Fundo da Câmara Municipal de Sines. Fundo da Junta de Freguesia de Sines.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Descritores	Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja do Concelho de Sines / Constituição e regulamento / Lei da Separação do Estado das Igrejas / Legislação / Culto
Classificação	CCI.A.
Cota	H/D11/2/A

CCI.B. Secretaria

ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO	CONTEÚDO
Código de referência	PT/CMSNS/CCI/H/B
Entidade Detentora	Câmara Municipal de Sines
Título	Secretaria
Datas extremas	1914 – 1931
Nível de descrição	Secção
Dimensão e suporte	Dois cadernos e setenta e oito documentos.
Suporte	Papel
Nome do produtor	Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines
Âmbito e conteúdo	A primeira série desta secção diz respeito aos livros de registo das actas da comissão. Contém a acta de instalação e posse da Comissão, no dia 1 de Julho de 1918, em que são substituídos, de acordo com o decreto 4410 de 12 de Junho, os cidadãos Casimiro Gomes d' Almeida (presidente), João da Silva Barbosa (secretário) e Jaime António Baião Salgado e Pedro de Campos David, vogais. Os novos membros são Artur Zuzarte Pita, Amândio Óscar Conceição, João José dos Santos Fonseca e António da Costa Cruz. Fez-se a entrega dos bens, entre os quais os documentos de arquivo da comissão. Nas restantes reuniões procedeu-se ao despacho de expediente, entrega de bens móveis pelo tesoureiro da Junta de Freguesia, administração dos bens de raiz das igrejas e reparações. A correspondência recebida é proveniente do Ministério da Justiça e dos Cultos, Ministério das Finanças, Governo Civil de Lisboa, membros da Comissão, Câmara Municipal de Sines, Junta de Freguesia de Sines e Administração do Concelho de Sines.
Avaliação, Selecção e Eliminação	Não houve acções intencionais de avaliação, selecção e eliminação da documentação
Ingressos adicionais	Não são previstos ingressos adicionais.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Suporte	Papel
Condições de reprodução	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
Unidades de descrição relacionadas	Fundo da Administração do Concelho de Sines. Fundo da Câmara Municipal de Sines. Fundo da Junta de Freguesia de Sines.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Descritores	Arquivo / Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja do Concelho de Sines/ Bens de raiz / Bens Móveis / Correspondência recebida / Expediente / Livro de actas / Tipologia Documental / GOMES, Adriano da Costa / CONCEIÇÃO, Amândio Óscar / PITA, Artur Zuzarte / ALMEIDA, Casimiro Gomes de / SALGADO, Jaime

	António Baião / FONSECA, João dos Santos / BARBOSA, João da Silva / DAVID, Pedro de Campos
Classificação	CCI.B.
Cota	H/D11/2/A

CCI.C. Tesouraria

ELEMENTO DE INFORMAÇÃO	CONTEÚDO
Código de referência	PT/CMSNS/CCI/H/C
Entidade Detentora	Câmara Municipal de Sines
Título	Tesouraria
Datas extremas	1911 –1924
Nível de descrição	Secção
Dimensão e suporte	Quatro cadernos e onze documentos simples.
Suporte	Papel.
Nome do produtor	Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines
Âmbito e conteúdo	<p>Contém as contas de receita e despesa da Comissão entre 1918 e 1924. As folhas de receita e despesa contêm quadros detalhados das quantias em crédito e em débito, assim como a nota de liquidação de contas, autenticada pela Comissão Central de Execução da Lei de Separação do Estado das Igrejas, e uma guia de pagamento.</p> <p>Uma segunda série contém a conta de receita e despesa resultante da venda em hasta pública dos objectos que constituíam o recheio das antigas igrejas de Santa Isabel (Hospício) e de Nossa Senhora dos Remédios. O documento discrimina as quantias em débito e crédito e uma guia de pagamento. Os documentos foram autenticados pela Comissão Central de Execução.</p> <p>A série Minutas das contas da receita e da despesa contém os documentos provisórios, com a discriminação detalhada das receitas e das despesas.</p> <p>A quarta série, Contas de receita de arrendamento de imóveis, contém as guias de receita provenientes do arrendamento das casas contíguas às ermidas de São Bartolomeu, Nossa Senhora das Salas e São Sebastião, bem como da Igreja de Santa Isabel. Contém ainda um edital com os preços do arrendamento de cada um dos imóveis. O âmbito cronológico da série inicia-se em 1918 e termina em 1923.</p> <p>A Conta da responsabilidade do falecido tesoureiro Samuel Bigas constitui a relação das importâncias entregues ao secretário da Comissão. Data de 31 de Dezembro de 1921.</p>
Avaliação, Selecção e Eliminação	Não houve acções intencionais de avaliação, selecção e eliminação da documentação
Ingressos adicionais	Não são previstos ingressos adicionais.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Suporte	Papel.
Condições de reprodução	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
Unidades de descrição relacionadas	Fundo da Administração do Concelho de Sines. Fundo da Câmara Municipal de Sines. Fundo da Junta de Freguesia de Sines.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de

	Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Descritores	Arrendamento / Contrato / Capela de Nossa Senhora das Salas / Ermida de São Bartolomeu / Igreja de Santa Isabel / Receita / Despesa / Igreja Evangélica / Tesoureiro / Tesoureiro da Comissão Concelhia da Administração dos Bens da Igreja/BIGAS, Samuel
Classificação	CCI.C.
Cota	H/D11/2/A

CCI. D. Património

ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO	CONTEÚDO
Código de referência	PT/CMSNS/CCI/H/D
Entidade Detentora	Câmara Municipal de Sines
Título	Património
Datas extremas	1911 – 1924
Nível de descrição	Secção
Dimensão e suporte	Três cadernos e sete documentos simples.
Suporte	Papel.
Nome do produtor	Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines
Âmbito e conteúdo	<p>A secção contém duas séries: Inventário dos Bens (1915-1918) e Termos de Entrega de bens à comissão e ao tesoureiro (1919-1924).</p> <p>A série Inventário dos Bens contém a cópia da "Acta de arrolamento e inventário dos bens móveis e imóveis das igrejas do Concelho de Sines de 20 de Janeiro de 1915"; uma "Acta de inventário dos bens das igrejas, em termos do artigo onze do decreto quatro mil quatrocentos e dez de 12-6-1918, de 18 de Junho de 1918" e, por fim, a "Acta do inventário dos bens das igrejas, a que se procedeu nos termos do artigo onze do decreto numero quatro mil quatrocentos e dez de doze de Junho de mil novecentos e dezoito", com a data de 11 de Julho de 1918. Cada inventário enumera cada um dos bens imóveis e descreve-os segundo as seguintes características: descrição física, localização, descrição da roupa branca, dos paramentos e alfaias, objectos de madeira, metal e vidro e imagens.</p> <p>A segunda série contém guias de entregas de bens e relações dos mesmos.</p>
Avaliação, Selecção e Eliminação	Não houve acções intencionais de avaliação, selecção e eliminação da documentação
Ingressos adicionais	Não são previstos ingressos adicionais.
Sistema de organização	Ordenação principal funcional e ordenação secundária cronológica.
Suporte	Papel.
Condições de reprodução	O acesso está restrito às condições de conservação dos documentos. O único meio de reprodução permitido é a digitalização.
Unidades de descrição relacionadas	Fundo da Administração do Concelho de Sines. Fundo da Câmara Municipal de Sines. Fundo da Junta de Freguesia de Sines.
Nota do arquivista	Descrição elaborada por Sandra Patrício, Arquivo Municipal de Sines.
Regras ou convenções	ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª edição.
Descritores	Bens de raiz / Bens Móveis / Comissão Concelhia de Administração dos Bens da Igreja do Concelho de Sines/ Guia de receita / Inventário / Tesoureiro / Tesoureiro da Comissão Concelhia da Administração dos Bens da Igreja
Classificação	CCI.D.



Índice ideográfico

<i>Assunto</i>	<i>Páginas</i>
Acta	5
Arquivo	9
Arrendamento	10
Bem	5,9,11
Bens de raiz	5,9,11
Bens móveis	5,9,11
Capela de Nossa Senhora das Salas	10
Comissão Central de Execução da Lei de Separação	5
Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas do Concelho de Sines	5,8,9,11
Contrato	10
Correspondência Recebida	9
Culto	8
Despesa	10
Ermida de São Bartolomeu	10
Ermida de São Sebastião	10
Expediente	9
Guia de receita	11
Igreja de Santa Isabel	10
Igreja Evangélica	10
Inventário	5,11
Legislação	8
Lei da Separação do Estado das Igrejas	5,8
Livro de actas	5,9
Receita	10
Tesoureiro	10,11
Tesoureiro da Comissão Concelhia da Administração dos Bens da Igreja	11
Tipologia Documental	5,9

Índice onomástico

Adriano da Costa Gomes 5,9
USE

GOMES, Adriano da Costa

Amândio Óscar Conceição 5,9
USE

CONCEIÇÃO, Amândio Óscar

Artur Zuzarte Pita 5,9
USE

PITA, ARTUR ZUZARTE

Casimiro Gomes D' Almeida 5,9
USE

ALMEIDA, Casimiro Gomes de

Jaime António Baião Salgado 5,9
USE

SALGADO, Jaime António Baião

João José dos Santos Fonseca 5,9
USE

FONSECA, João José dos Santos

João da Silva Barbosa 5,9
USE

BARBOSA, João da Silva

Pedro de Campos David 5,9
USE

DAVID, Pedro de Campos

Samuel Bigas 5,10
USE

BIGAS, Samuel

ALMEIDA, Casimiro Gomes de 5,9
UP

Casimiro Gomes De Almeida

BARBOSA, João da Silva 5,9
UP

João da Silva Barbosa

BIGAS, Samuel 5,10
UP

Samuel Bigas

CONCEIÇÃO, Amândio Óscar 5,9
UP

Amândio Óscar Conceição

DAVID, Pedro de Campos 5,9
UP

Pedro de Campos David

FONSECA, João José dos Santos 5,9
UP

João José dos Santos Fonseca

GOMES, Adriano da Costa

5,9

UP

Adriano da Costa Gomes

PITA, Artur Zuzarte

5,9

UP

Artur Zuzarte Pita

SALGADO, Jaime António Baião

5,9

UP

Jaime António Baião Salgado

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Isabel [documento policopiado] – *Arquivo Histórico: Catálogo*. 1ª edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985. Disponível na Biblioteca de Referência do Arquivo Histórico Municipal de Sines.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – *ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*; tradução Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo do IAN/TT. 2ª Ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. ISBN 972-8107-69-2.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO - *Orientações Para a Descrição Arquivística*. 1ª Versão. Lisboa: IAN/TT, 2006. ISBN 972-8107-88-9.

MARQUES, A.H. de Oliveira, coord. – *Portugal da Monarquia Para a República*. Texto e colaboração de A.H. Oliveira Marques, Sacuntala de Miranda, Fernanda Rollo e Luís Nuno Rodrigues. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1991. (Nova História de Portugal/A.H. de Oliveira Marques, vol. XI). ISBN 972-23-1420-3.

NP 405-1: 1994. Informação e documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério da Justiça. Direcção Geral dos Negócios Ecclesiasticos – 1ª Repartição - Regimento Interno da Comissão Central de Execução da Lei de Separação e das Comissões Concelhias de Administração dos Bens Pertencentes ao Estado aprovado por Decreto de 22 de Agosto de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS. Direcção Geral a Justiça e dos Cultos. 4ª Repartição – Decretos nº 3856 e 4410, de 22 de Fevereiro e de 12 de Junho de 1918. Lisboa: Viúva Marques e Companhia, 1918.